



INFORMATIVO

NOVEMBRO | 2021

podemos

CÂMARA

CONTRA O RACISMO E O PRECONCEITO, A AUTOESTIMA

Pág 04

Josivaldo JP

Deputado Federal (MA)

**DEPUTADO IGOR TIMO
É RELATOR DA LEI QUE CRIA
O ESTATUTO DA PESSOA COM
CÂNCER NO BRASIL**

Pág. 06

PODEMOS CRA CIA

A GENTE
CARREGA OS
PRINCÍPIOS DA
DEMOCRACIA
ATÉ NO NOME.

+DEMOCRACIA

Democracia Direta significa consultar a população, fazendo valer seu direito de participar diretamente de todo o processo democrático, e não apenas nos dias de eleição. No **PODEMOS**, o poder é dividido com o cidadão, que manifesta seu voto e a bancada parlamentar vota de acordo com a opinião dos cidadãos.

O **PODEMOS** acredita que o poder de decidir tem que estar nas suas mãos sempre, não de 4 em 4 anos. No **APP PODEMOS**, você vota em diversos projetos que estão em discussão.

Acesse nosso site ou aplicativo **PODEMOS 19**, já disponível na **Apple Store** e no **Google Play**.



    podemos.org.br

 **podemos**
Juntos com o Brasil.

SUMÁRIO

- 4** Contra o racismo e o preconceito, a autoestima
- 6** Deputado Igor Timo é relator da Lei que cria o Estatuto da Pessoa com Câncer no Brasil
- 8** Exclusão de população LGBTQIA+ do censo de 2022 revolta Bacerlar
- 10** Aprovado projeto de Renata de combate à violência contra a mulher
- 12** Roberto de Lucena quer transformar em lei projeto que institui o mês de dezembro em alusão ao combate à corrupção
- 14** Proposta proíbe que bancos e financeiras cobrem, para uma mesma modalidade de empréstimo, taxas de juros diferentes
- 16** José Nelto relata MP que recria o Ministério do Trabalho e Previdência
- 18** Na Câmara, Rodrigo Coelho defende a aprovação das pautas da prisão após condenação em 2ª Instância e o fim do Foro Privilegiado
- 20** Diego Garcia apresenta relatório final da Subcomissão Especial dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
- 22** Deputado Ricardo Teobaldo celebra Dia do Conselheiro Tutelar
- 24** Deputado propõe audiência pública para destravar projeto da Ferrogrão

CONTRA O RACISMO E O PRECONCEITO, A AUTOESTIMA

“É um fato, tanto pela cor da pele, tanto por outros motivos, como origem, condição socioeconômica, gênero, dentre outros, no dia a dia há preconceito na sociedade”, opina o deputado federal Josivaldo JP (Podemos-MA). O parlamentar é um dos poucos negros da bancada federal do Maranhão, composta por 18 deputados federais e 3 senadores, e a sua história de vida se revela um exemplo de superação de vários preconceitos.

Na visão do deputado Josivaldo JP, o Dia da Consciência Negra tem duas importâncias distintas, mas que se complementam. Serve para reforçar o debate e jogar luz sobre racismo, que deve ser combatido diuturnamente. Ao manter o assunto mais em evidência, também se evidencia o debate tanto de políticas públicas quanto para fomentar iniciativas da sociedade civil organizada pelo fim do preconceito racial.

E, ao mesmo tempo, a data também é importante para celebrar a cultura, as raízes, o orgulho e a capacidade de vencer obstáculos que as pessoas têm. É preciso valorizar o sentimento de autoestima, para que as pessoas se fortaleçam, reconhecendo o seu próprio valor. “O preconceito existe, mas se tem um povo que mostra que não deve e nem precisa abaixar a cabeça, é o povo maranhense, por exemplo, que é predominantemente negro”, evidencia o deputado JP.

Superação e autoestima: “A minha trajetória sempre foi de superação, sei a importância de mostrar para as pessoas que elas podem realizar os seus sonhos.

Que não devem se abater pelos “nãos” que a vida dá. Se eu fosse me imobilizar a cada frase de alguém que duvidava de mim, eu não estaria aqui hoje, falando sobre esse assunto como deputado federal. Não é à toa que o meu mandato é focado em incentivar trabalho, emprego e renda. O incentivo ao empreendedorismo jovem, a educação e a capacitação profissional é um caminho para melhorar a vida financeira e a autoestima”, afirma o deputado, que começou a trabalhar com carteira assinada aos 14 anos, aos 19 se tornou camelô e hoje suas empresas, o Grupo Atacadão JP, empregam mais de 200 pessoas.

Ao discorrer sobre políticas públicas para a população negra, o deputado Josivaldo JP vai além. “Tomando novamente o Maranhão como exemplo, é preciso olhar para as políticas públicas sob dois fatores: o Maranhão é o segundo estado mais negro do país, com 74% da população, e é um dos que tem maiores índices de pobreza - 54,9% da população vivem na linha da pobreza. E como morador de Imperatriz, no sul do Estado, dou como exemplo a minha região. Das 10 cidades com maior PIB per capita do Maranhão, 8 são da região sul. Ou seja, a região não é “pobre”, ela é desigual. No Maranhão todo, a desigualdade impera, então precisamos de uma melhor distribuição de renda. Enquanto geração e aumento de renda não ocorre a contento, como deputado federal estou sensível às necessidades das pessoas.

Às vezes, a maior delas é simplesmente matar a fome”, finalizou o deputado federal Josivaldo JP.



“A minha trajetória sempre foi de superação, sei a importância de mostrar para as pessoas que elas podem realizar os seus sonhos. Que não devem se abater pelos “nãos” que a vida dá. Se eu fosse me imobilizar a cada frase de alguém que duvidava de mim, eu não estaria aqui hoje, falando sobre esse assunto como deputado federal”

“Esse Estatuto representa muito para mim e todos os brasileiros que precisam ser amparados em todos os sentidos quando precisam vencer a guerra contra o câncer”

DEPUTADO IGOR TIMO É RELATOR DA LEI 14.238 QUE CRIA O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER NO BRASIL

O Estatuto criado para trazer mais dignidade aos pacientes durante o tratamento do câncer representa um marco para a saúde pública do país. O líder do Podemos na Câmara, deputado federal Igor Timo (Podemos-MG), foi peça fundamental para aprovação do PL 1605/19, onde atuou como relator. O parlamentar reforçou a importância deste dispositivo, sensibilizando tanto a Câmara, quanto o Senador Federal, para aprovar o texto do PL que virou a Lei nº 13.238, sancionada no dia 19 de novembro de 2021, que cria o Estatuto da Pessoa com Câncer.



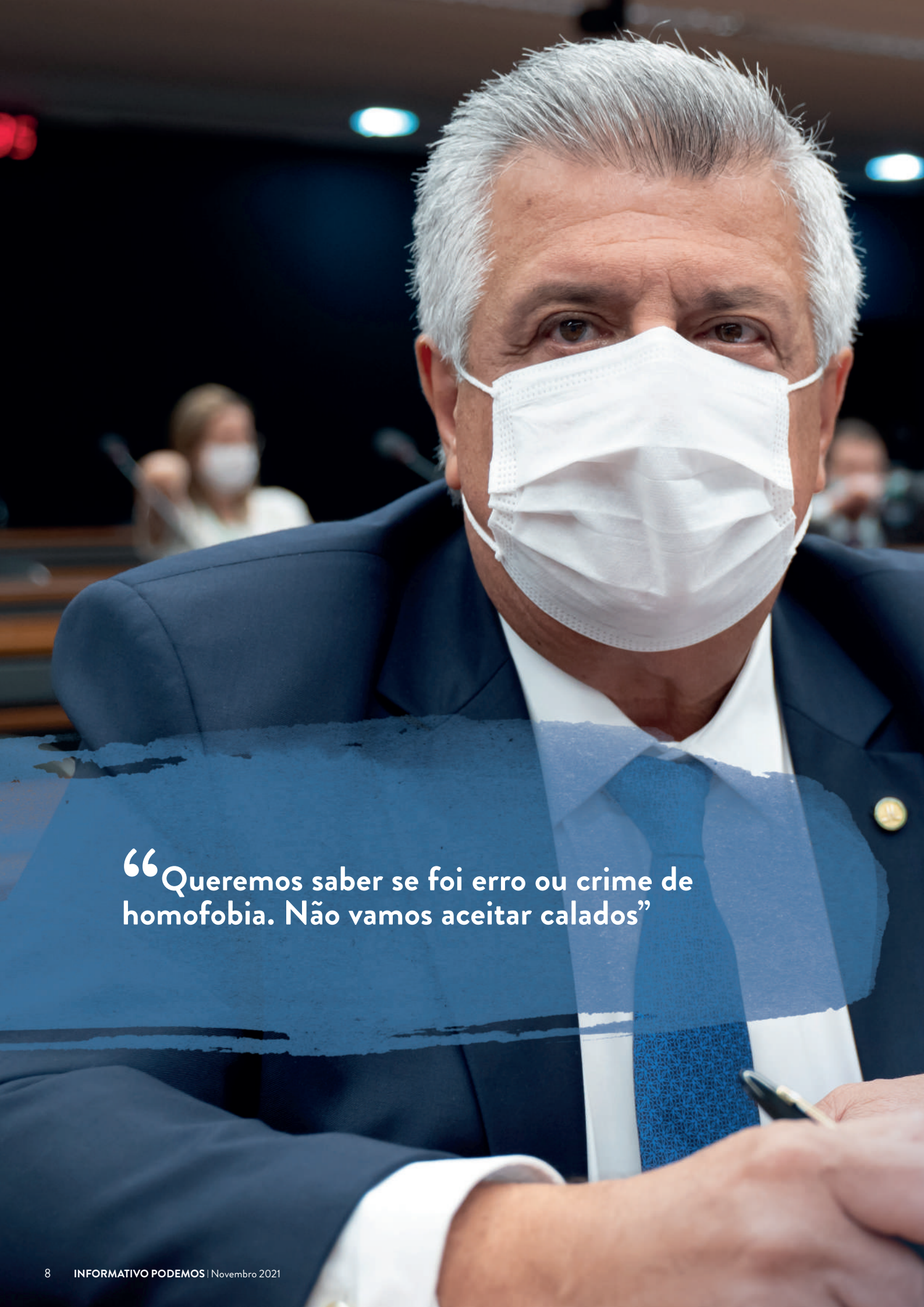
O instrumento prevê condições iguais de acesso a tratamentos para todos, com objetivo de dar condições mais dignas tanto para pacientes, quanto seus familiares que também são afetados com a doença.

Para Igor Timo, relator do PL originário da Lei que cria o Estatuto, a sanção representa uma grande conquista para a saúde pública do país, pois será instrumento para garantir mais dignidade aos pacientes com câncer.

“O câncer é uma doença que afeta não apenas o paciente, mas sim, toda sua família

que vive essa dor e esse sofrimento. Tive o exemplo dentro de casa, perdi minha irmã Ingrid Timo, que partiu de forma precoce após travar uma batalha contra o câncer. Esse Estatuto representa muito para mim e todos os brasileiros que precisam ser amparados em todos os sentidos quando precisam vencer a guerra contra o câncer”, destacou o deputado. O Estatuto prevê como direitos fundamentais da pessoa com câncer: a obtenção de diagnóstico precoce; e o acesso a tratamento universal, equânime e adequado e a informações transparentes e objetivas sobre a doença e

o tratamento. Além disso, o paciente deverá ter direito ainda a assistência social e jurídica e a prioridade de atendimento, respeitadas outras como para idosos, gestantes e pessoas com deficiência e emergências de casos mais graves, entre outros direitos que podem ser consultados na Lei 14.238, sancionada no dia 19 de novembro.



“Queremos saber se foi erro ou crime de homofobia. Não vamos aceitar calados”

EXCLUSÃO DE POPULAÇÃO LGBTQIA+ DO CENSO DE 2022 REVOLTA BACELAR

O deputado Bacelar (Podemos-BR) apresentou, nesta quinta-feira (18), um requerimento de informação em que pede explicações ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre os motivos que levaram à exclusão de dados sobre população LGBTQIA+ do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O parlamentar argumenta que os campos de identificação da “identidade de gênero” e “orientação sexual” são essenciais na criação e implementação de políticas públicas voltadas para esta parcela da população e, sem os dados coletados, a comunidade ficará invisível por mais dez anos. “É muito difícil para um gestor ou gestora implementar uma iniciativa pública sem conhecer a população pela qual é responsável” completou. Outro ponto abordado por Bacelar na justificativa é que quem não se identifica no binômio “feminino-masculino” também ficará fora das estatísticas.

O deputado criticou o governo federal ao afirmar que, mais uma vez, o Executivo agiu de maneira preconceituosa e discriminatória. Ele lembrou ainda que ações de silenciamento têm sido constantes e citou a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que retirou temas relacionados à comunidade LGBTQIA+ das provas por serem considerados polêmicos. “A comunidade LGBTQIA+ não pode ficar invisível para o governo. Ela precisa, sim, entrar nos dados do IBGE. Queremos saber se foi erro ou crime de homofobia. Não vamos aceitar calados” pontuou Bacelar.



APROVADO PROJETO DE RENATA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O Senado aprovou o projeto de lei de autoria da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) que obriga o direcionamento de 5% do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de combate à violência contra a mulher. O PL 123/2019 recebeu 74 votos favoráveis e nenhum contrário.

Como o texto principal sofreu alteração, a proposta volta para análise da Câmara dos Deputados. Os senadores aprovaram uma emenda que condiciona o repasse compulsório dos 50% aos Estados à existência de ao menos uma delegacia especializada de Atendimento à Mulher com funcionamento em tempo integral no Estado e em municípios com mais de 100 mil habitantes.

A proposta de Renata Abreu inclui as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no rol de ações previstas no FNSP,

que já abrange itens como modernização de unidades policiais, projetos de prevenção de delitos, capacitação de profissionais de segurança pública e serviço de recebimento de denúncias.

Relatora da matéria no Senado, Leila Barros (Cidadania-DF), mencionou levantamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que, no ano passado, registrou mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher, sendo 72% referentes a violência doméstica e familiar.

“Esse quadro dramático requer uma política permanente de defesa da mulher brasileira”, frisou a senadora. “Precisamos sair do papel. Quando falamos em FNSP, sabemos que ele se alimenta dos recursos da loteria. Esse projeto apenas define prioridades, não estamos criando uma nova despesa. Ao alocar recursos, o combate à violência

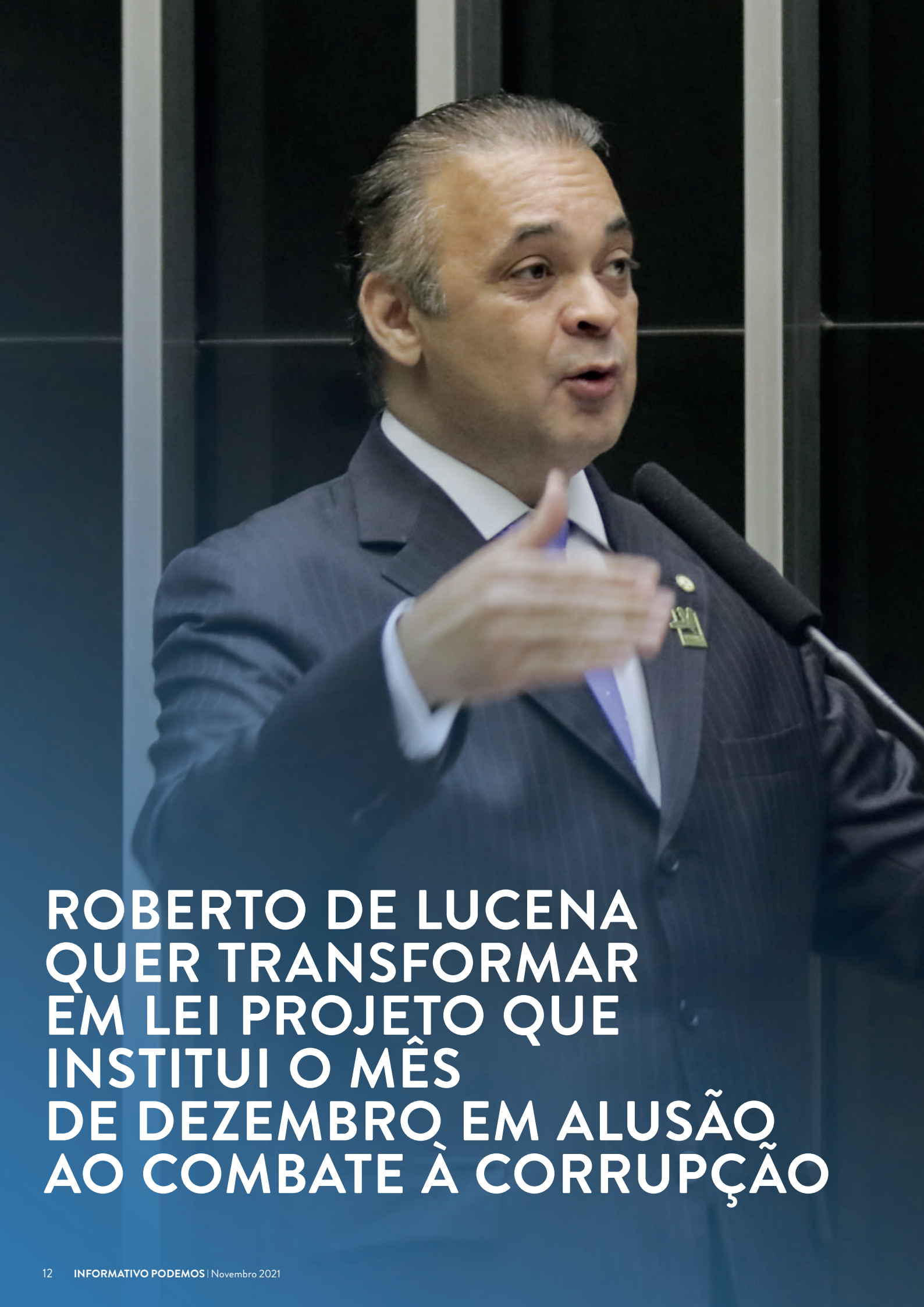
contra a mulher não pode ser relegado a uma posição menos importante”, completou Leila Barros.

“Por mais que se tente combater essa violência, infelizmente ainda é praticada de forma descontrolada. Muitas vezes isso ocorre por falta de verbas públicas para auxiliar no combate e prevenção desses crimes. Compete a nós, legisladores, criar leis que auxiliem as forças policiais no cumprimento do papel de proteger e combater a violência feminina”, ressaltou a autora do projeto, deputada Renata Abreu.

Outros três projetos voltados à proteção das mulheres foram aprovados pelo plenário do Senado. O tema dominou a pauta em alusão ao Outubro Rosa, campanha que alerta sobre demandas das mulheres, em especial o enfrentamento ao câncer de mama.



“Compete a nós, legisladores, criar leis que auxiliem as forças policiais no cumprimento do papel de proteger e combater a violência feminina”



ROBERTO DE LUCENA QUER TRANSFORMAR EM LEI PROJETO QUE INSTITUI O MÊS DE DEZEMBRO EM ALUSÃO AO COMBATE À CORRUPÇÃO

A person's hand is visible holding a white sheet of paper, partially obscuring the view of a Brazilian flag in the background. The flag's green and yellow vertical stripes are prominent. The scene is set against a dark background.

“O combate à corrupção precisa ser uma política de estado e necessita ter uma ação efetiva e permanente”

Tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, o projeto de lei 4685/2020, do deputado federal Roberto de Lucena (Podemos-SP), que busca instituir o mês denominado Dezembro Transparente, dedicado ao combate à corrupção.

De acordo com o parlamentar, o combate à corrupção “precisa ser uma política de estado e necessita ter uma ação efetiva e permanente”.

Roberto de Lucena enfatizou que optou para que o projeto de lei

instaure o mês de dezembro, pois é nesse mês que as pessoas estão mais reflexivas e fazendo projeções para o ano seguinte.

“Precisamos de ações de conscientização e campanhas para que a questão da transparência, da ética e da integridade sejam práticas absorvidas pela cultura da sociedade. É preponderante vencer a corrupção de dentro para fora, tratando primeiramente a sociedade”, declarou.

“Pessoas que já pagam para estar nessas categorias não podem ser excluídas dos benefícios que são ofertados para alguns clientes”

PROPOSTA PROÍBE QUE BANCOS E FINANCEIRAS COBREM, PARA UMA MESMA MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO, TAXAS DE JUROS DIFERENTES



Aguarda votação pelo plenário da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados projeto de lei do deputado Léo Moraes (Podemos-RO), que proíbe bancos e financeiras de cobrar, para uma mesma modalidade de empréstimo, taxas de juros diferentes de consumidores de igual categoria ou perfil de crédito.

O projeto recebeu parecer favorável do relator na CDC, deputado Ivan Valente (Psol-SP), que recomendou sua aprovação. “Mesmo no momento em que o país atravessa sua mais grave crise sanitária e a despeito do aumento

do desemprego e da pobreza, o recém-publicado Relatório Comparativo de Tarifas Bancárias do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) apurou que, entre 2020 e 2021, os bancos tradicionais brasileiros apresentaram reajustes abusivos de tarifas”, salientou o relator.

A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor. Léo Moraes disse que a medida visa evitar que as instituições financeiras criem ‘subcategorias’ de clientes com o mesmo perfil, utilizando critérios muitas vezes subjetivos. “Pessoas que já pagam para estar nessas

categorias não podem ser excluídas dos benefícios que são ofertados para alguns clientes. Vale ressaltar que a publicidade institucional muitas vezes informa que são possíveis para todos os clientes naquela mesma condição alcançar esses produtos”, disse Léo Moraes.

“Apesar de esta Casa não poder interferir diretamente nas taxas e tarifas cobradas por bancos, podemos e devemos garantir que haja maior transparência nas relações consumeristas e que clientes com mesmo perfil de risco de crédito tenham acesso às mesmas taxas”, reforçou Valente na defesa da aprovação do projeto.

JOSÉ NELTO RELATA MP QUE RECRIA O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Sob a relatoria do deputado federal José Nelto (Podemos-GO), a Câmara dos Deputados aprovou, com 321 votos favoráveis, a Medida Provisória (MP) 1.058/21, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência. O substitutivo apresentado por José Nelto mudou alguns pontos da matéria apresentada pelo Poder Executivo.

O relator, em seu texto, remete ao ministro a possibilidade de definir as hipóteses de substituição de exame pericial presencial por exame remoto, assim como as condições e as limitações para sua realização.

O substitutivo também cria o Domicílio Eletrônico Trabalhista para permitir ao Ministério do Trabalho notificar o

empregador, por comunicação eletrônica, sobre atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral.

“O Ministério do Trabalho deve servir ao empregado e ao empregador, que deve ter as melhores condições para gerar emprego. Não podemos deixar as pessoas o tempo todo vivendo de auxílios”, afirmou o Deputado.

Relembre a história do Ministério do Trabalho

Durante a sessão da Câmara dos Deputados, o parlamentar também lamentou a extinção da pasta, criada 26 de novembro de 1930, no governo de Getúlio Vargas, sendo o órgão administrativo do Governo

Federal responsável, em suma, pela regulamentação e fiscalização de todos os aspectos referentes às relações de trabalho no Brasil.

“Foi lamentável quando o governo acabou com o Ministério do Trabalho e da Previdência! Hoje está um verdadeiro sacrilégio e sacrifício para quem precisa do INSS no nosso País”, comentou.

Em 2015, por meio da Medida Provisória nº 696/2015, o Ministério do Trabalho foi unido ao Ministério da Previdência, tornando-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em 2019, o Ministério do Trabalho havia sido incorporado ao Ministério da Economia no começo do atual governo.



“ O Ministério do Trabalho deve servir ao empregado e ao empregador, que deve ter as melhores condições para gerar emprego. Não podemos deixar as pessoas o tempo todo vivendo de auxílios”



NA CÂMARA, RODRIGO COELHO DEFENDE A APROVAÇÃO DAS PAUTAS DA PRISÃO APÓS CONDENÇÃO EM 2ª INSTÂNCIA E O FIM DO FORO PRIVILEGIADO



“Precisamos ser referência no combate eficaz contra a corrupção e não como um país onde reina a impunidade”

O deputado federal Rodrigo Coelho (Podemos-SC) está alinhado aos anseios de milhares de brasileiros e na Câmara dos Deputados reafirma posicionamento favorável à aprovação das pautas do fim do foro privilegiado e da prisão após condenação em 2ª instância.

“O Brasil que tanto queremos depende da aprovação da Prisão em Segunda Instância e do fim do Foro Privilegiado. Precisamos dar um basta na impunidade e acabar com os privilégios”, afirma o parlamentar.

Para o deputado é inadmissível que o foro privilegiado ainda sirva de escudo para

proteger mais de 54 mil autoridades em todo o país. Coelho lamenta o fato de que essa pauta esteja estagnada na Câmara há mais de 1.600 dias.

“A política está como está, desacreditada, grande parte por culpa de uma legislação como essa, que protege autoridades que cometem crimes”, analisa.

Outro retrocesso para o deputado é o fim da Prisão em 2ª Instância. “É vexatório para o Brasil. Precisamos ser referência no combate eficaz contra a corrupção e não como um país onde reina a impunidade”, pontua.

Em 2019, o STF alterou o entendimento sobre a prisão após condenação em segunda instância e estabeleceu a execução da pena só após o trânsito em julgado e com uso de todos recursos cabíveis.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o único país entre 194 no mundo que ainda não prevê prisão em primeira ou segunda instância.

Rodrigo Coelho é catarinense e na sua caminhada na vida pública tem se dedicado no combate à corrupção e de privilégios. “Não vamos sossegar até colocar a nossa Casa, a nossa nação em ordem”, conclui.

DIEGO GARCIA APRESENTA RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Fortalecimento dos vínculos familiares; proteção da infância e da adolescência; e o impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças e adolescentes foram os eixos que nortearam o desenvolvimento do documento

O relator da Subcomissão Especial de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Comissão de Constituição e Justiça, deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR), apresentou, no dia 23 de novembro, o relatório final dos trabalhos da subcomissão. O documento foi desenvolvido a partir da discussão de três grandes eixos: Fortalecimento dos vínculos familiares; Proteção da infância e da adolescência; Impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Apesar do curto prazo, de praticamente um mês após a sua instalação, a subcomissão realizou cinco reuniões, três delas audiências públicas sobre os três eixos temáticos, com a participação de especialistas, autoridades e sociedade civil. “Realizamos um trabalho célere e transparente, promovendo a ampla participação da população nesses temas tão

caros para o nosso país. E isso foi possível graças ao empenho dos parlamentares membros da subcomissão, especialmente da presidente, deputada Caroline de Toni, que muito bem conduziu os trabalhos”, destaca Diego Garcia.

As famílias são a base da sociedade. E Diego Garcia ressalta que investir na família como lugar natural de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes é a melhor estratégia de proteção social e de prevenção de problemas sociais, como: violência doméstica; envolvimento de jovens com criminalidade; abuso de substâncias químicas; suicídio; e evasão escolar. “Ao investirmos em políticas favoráveis à família, teremos benefícios para as famílias, para as empresas e para a economia”, acrescenta.

Além disso, o relator explica que, a partir das discussões, ficou ainda mais claro que as políticas de apoio à família não só contribuem para crianças mais saudáveis e com maior rendimento na educação, mas também estão vinculadas a uma melhor produtividade no trabalho, bem como na motivação dos funcionários. “As políticas favoráveis às famílias introduzidas pelos países nórdicos,

por exemplo, nos últimos 50 anos e os aumentos associados ao emprego feminino impulsionaram o crescimento do PIB per capita em cerca de 10 a 20 por cento”.

Além de trazer um compilado das principais contribuições das audiências públicas temáticas realizadas, o relatório também traz para o foco da discussão a preocupação sobre o uso imoderado de telas e o seu impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes; e o impacto do modelo instrucional escolar na saúde mental das crianças. “Esse uso excessivo de telas traz enormes danos à saúde mental, principalmente de crianças e adolescentes. Os dados são preocupantes e nós já estamos vendo as consequências, como depressão, irritabilidade, sobrepeso, entre outros”.

Por fim, o parecer também destaca 19 projetos de lei em tramitação na Câmara, com o foco nos direitos das crianças e dos adolescentes, como sugestões para serem priorizados para um trâmite mais célere nas comissões.

Após aprovação na Subcomissão, a matéria será analisada e votada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça.



“As políticas favoráveis às famílias introduzidas pelos países nórdicos, por exemplo, nos últimos 50 anos e os aumentos associados ao emprego feminino impulsionaram o crescimento do PIB per capita em cerca de 10 a 20 por cento”

DEPUTADO RICARDO TEOBALDO CELEBRA DIA DO CONSELHEIRO TUTELAR

“Sigo firme no trabalho de garantir a valorização e a estrutura necessária para os conselhos executarem seu trabalho. O Conselheiro Tutelar é o grande guardião do Estatuto da Criança e do Adolescente”



Figura importante na função de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, o Conselheiro Tutelar teve sua função comemorada no último dia 18 de novembro. O deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos-PE) celebrou a data. As atribuições específicas do Conselho Tutelar, e seus membros, estão relacionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para o parlamentar, a função é fundamental em nossa sociedade. “Eu fui prefeito por duas vezes e sei da importância e das necessidades do Conselho Tutelar. Agora como deputado federal, aqui em Brasília, sigo firme no trabalho de garantir a valorização e a estrutura necessária para os conselhos executarem seu trabalho. O Conselheiro Tutelar é o grande guardião do Estatuto da Criança e do Adolescente”, destacou.

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Compete ao Município a criação do Conselho.





“A agropecuária é a nossa grande força econômica, precisamos dar condições para ela se desenvolver ainda mais”

DEPUTADO PROPÕE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DESTRAVAR PROJETO DA FERROGRÃO

STF suspendeu licitação da obra em março deste ano

A Comissão de Viação e Transporte da Câmara Federal aprovou, recentemente, um requerimento do deputado federal, José Medeiros (Podemos-MT), para realização de uma audiência pública para debater a implantação da Ferrogrão, seus benefícios para o país e a contribuição do Legislativo para dar mais celeridade no andamento do projeto, a ser executada entre o médio-norte de Mato Grosso e o Porto de Miritiruba, no Pará. A previsão é que a audiência aconteça ainda este ano.

O projeto da ferrovia está paralisado desde março em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Atendendo um pedido do PSOL, o ministro do STF Alexandre de Moraes suspendeu a licitação da obra em função da Ferrogrão passar por cerca de 400 hectares de um total de milhão que compõem a reserva do Parque Nacional do Jamanxin (PA).

“Além de discutir a importância da Ferrogrão para Mato Grosso e o país, vamos promover um debate sobre os entraves jurídicos que paralisaram a

licitação. Vamos convidar o ministro Alexandre de Moraes e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, na tentativa de buscar um consenso sobre o assunto. Com a audiência, o Congresso Nacional, especialmente os parlamentares de Mato Grosso e do Pará, quer contribuir com medidas legislativas para que essa ferrovia se torne realidade e o Brasil possa usufruir de seus benefícios”, frisa o deputado federal, que é membro da Comissão de Viação e Transporte.

Medeiros, que é vice-líder do Governo Bolsonaro na Câmara Federal, informa que o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, já recorreu da decisão e espera autorização do STF para fazer a licitação da Ferrogrão, que será o principal meio de escoamento da produção de milho, soja e farelo de soja Centro-Oeste pelo Arco Norte do país. “É uma nova e fundamental rota. Hoje é uma enormidade o que os produtores perdem de tempo e dinheiro enviando toda sua produção aos portos de Santos e Paranaguá. A agropecuária é a nossa grande força econômica, precisamos dar condições para ela se desenvolver ainda mais”, reforçou o parlamentar do Podemos.

“A Ferrogrão é um dos principais projetos do Governo Federal. Ela vai substituir o transporte rodoviário e tornar o Brasil mais competitivo, reduzindo em quase R\$ 20 bilhões o custo logístico da produção. A expectativa do governo é de que a ferrovia, que tem pouco impacto ambiental, movimente 48,6 milhões de toneladas em 30 anos e gere cerca de 160 mil empregos direto e indireto”, destaca o parlamentar. Ao defender a Ferrogrão, Medeiros lembra que existe um lobby para impedir a redução do frete com as ferrovias.

“O lobby é grande para impedir a redução do frete e manter o monopólio, mas o governo Bolsonaro é o primeiro que vem enfrentando com coragem tudo isso e trabalhando efetivamente para melhorar o escoamento da produção de Mato Grosso e de outros estados. A Ferrogrão e FICO (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste) vão provocar uma redução dos fretes rodoviários. Apesar disso, existem setores que estão tentando inviabilizar as ferrovias federais para manter o monopólio de empresas e impedir que o frete seja, de fato, reduzido. Precisamos unir forças e não desviar o foco. Para isso, contamos com o apoio do judiciário e da sociedade”.



JUNTOS PODEMOS MUDAR O BRASIL

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br

     @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br

     @podemos19



EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Líder do Podemos na
Câmara dos Deputados:** Deputado
Federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza
Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danílio
Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás,
Mariana Torres, Marília Jardim, Stefanie
Rodrigues, Regina Lacerda, Maura
Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim,
Yasmin Alencar, Cleiton Schulz, Thiago
Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício
Carbonel, Sérgio Lima, Robert Alves.



JUNTOS PODEMOS

f /podemos19

www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA